

## RECENSÕES / BOOK REVIEWS

---

---

JACOMINI, Márcia A. *Antonio Gramsci e a pesquisa educacional*. São Paulo: Alameda, 2022, 260p.

---

O livro *Antonio Gramsci e a pesquisa educacional* traz o resultado do estudo de pós-doutorado de Jacomini e mostra uma preocupação sobre a frequência de utilização das perspectivas teóricas e posicionamentos epistemológicos de Gramsci nas pesquisas da área da educação e, também, como as ideias e os conceitos do autor estão sendo apropriados e utilizados pelos pesquisadores. A pesquisa, portanto, não é sobre as produções que tiveram o pensamento de Gramsci como objeto de estudo, mas sobre os trabalhos de mestrado e doutorado em e sobre políticas educacionais que apontaram o autor como referencial teórico para suas análises. Em uma produção<sup>1</sup> anterior da autora foi criado um banco de dados que continha 1283 teses e dissertações sobre políticas na área da educação, coletadas no Banco de Teses da Capes, produzidas entre os anos 2000 e 2010, dessas, foram selecionados 32 trabalhos, sendo 18 teses e 14 dissertações. A autora, professora Associada de graduação e pós-graduação do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - Campus Guarulhos, fez seu pós-doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2018), com estágio na Fondazione Istituto Gramsci, Roma, Itália.

A obra em questão foi lançada em 2022 e está seccionada em 7 partes das quais 4 apresentam blocos teóricos elaborados para organizar os trabalhos selecionados a partir de eixos centrais do pensamento gramsciano utilizados pelos pesquisadores. O primeiro capítulo apresenta uma preocupação com o acesso dos pesquisadores à obra integral do autor e explica a importância do conhecimento de todos os escritos, seu momento histórico, o local de origem e o contexto da vida do autor, especialmente a maior parte da obra, os *Cadernos do Cárcere*, que foi traduzido parcialmente no Brasil entre 1966 e 1968. Até o final dos anos de 1990, então, o acesso aos cadernos e cartas em nosso país

---

<sup>1</sup> A produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil: características e tendências (2000-2010). Referência: <https://www.unifesp.br/campus/gua/neipp/9-uncategorised/81-a-producao-academica-em-politicas-educacionais-no-brasil-caracteristicas-e-tendencias-2000-2010>.

estava limitado à edição temática italiana (que nem abrangeu todos os títulos), que tinha um enquadramento proposto pelos partidos comunistas da ex-União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas da Itália, o que, de acordo com a autora, limitou o contato com a complexidade do pensamento de Gramsci. Por esse motivo, Jacomini entende que os estudantes não teriam acesso à obra completa e nem teriam lido os quatro livros disponíveis em português, o que é realmente um problema considerando a extensão dos escritos e a história de vida do autor, demarcada pelo esforço para desenvolver uma prática capaz de implantar o socialismo. A primeira parte apresenta ainda os quadros de agrupamento e análise com apontamentos da organização dos blocos e suas distinções, sendo eles: 1) Estado: sociedade política, sociedade civil, partido político e transformismo; 2) Bloco histórico, hegemonia, ideologia e intelectuais; 3) Revolução passiva (restauração-revolução); 4) Escola unitária, trabalho como princípio educativo, marca social da escola, dualidade escolar, fordismo e americanismo.

No primeiro bloco (segundo capítulo), apresenta os aspectos relacionados à concepção de Estado, partido político e transformismo no pensamento do autor, a partir dos Cadernos do Cárcere. A autora aponta a importância do entendimento da concepção de Estado vinculado aos conceitos, também apresentado por Gramsci, de hegemonia e intelectual. A partir da tradição marxista, propõe que o Estado vai além de um aparelho governamental (executivo, legislativo, judiciário e exército), e deve incluir as instituições — por ele nomeadas de “privadas” que consistem em organizações como escola, imprensa, igreja, partido, sindicato, associações, dentre outras — que exercem a função de manter a hegemonia, reforçando as ideologias daquele. Essa camada é chamada de sociedade civil que entra em equilíbrio com a sociedade política e, em conjunto, exercem o poder coercitivo (predominantemente exercido pelo Estado) e persuasivo (predominantemente exercido pela sociedade civil) e formam o Estado integral. Esta concepção parece bastante relevante para o estudo e análise de políticas públicas, considerando a hegemonia proposta pelo Estado e a utilização das instituições para divulgação e promoção das mesmas.

Jacomini ressalta que é sempre importante relembrar a posição política de Gramsci para entender sua obra, já que, além de teórico, o autor também era ativista político e pensava estratégias para combater o capitalismo e meios de implementação do socialismo. Com isso, passou a pensar num conceito de Estado, a partir da Filosofia da Práxis, que aponta a importância de a classe subalterna ser dirigente para então se tornar dominante, ou seja, numa condição em que o governo, no sentido burocrático e legal, e

as instituições deixariam de exercer a direção política que seria então exercida por aquela classe. A autora também reforça que o conceito de Estado integral ajuda a compreender a complexidade das políticas públicas e pode ajudar nas análises que considerem os diversos sujeitos sociais que participam do processo.

É nesse bloco também que a autora apresenta o conceito de partido político em Gramsci. Essa categoria teria uma função organizadora e educadora da vontade coletiva, já que adequa a população à vida estatal, mas a partir da adesão espontânea e não da coerção. O autor também aponta a coesão que deve existir em um partido para que ele não possa ser esfacelado sem o uso da força: o “elemento difuso”, o conjunto de militantes partidários cuja participação é dada pela disciplina; o elemento de direção, coercivo, centralizador e disciplinador; e o “elemento médio” que coloca os elementos anteriores em contato moral e intelectual. Também é apresentado o conceito de transformismo, que representa a capacidade de uma classe, a partir de seus partidos políticos, intelectuais e organizações, de atrair dirigentes ou grupos de dirigentes de outra classe, que originalmente compunham oposição, para sua ideologia e programa políticos, enfraquecendo ou destruindo a capacidade de oposição ou criação de uma nova hegemonia. Jacomini aponta que o conceito de Estado de Gramsci foi o mais usado nas pesquisas por ajudar a conceituar e compreender o lugar das políticas públicas e que, assim como o conceito de partido político, foram utilizados de forma satisfatória pelos estudantes. Mas traz a problematização da redução da conceituação de Estado integral a uma forma simplista de entender a “fórmula” proposta pelo autor<sup>2</sup>, além de uma pontuação de sugestão de que Gramsci defendia uma ampliação do Estado em que a sociedade civil seria parceira na gestão da sociedade.

No terceiro capítulo são discutidos os conceitos de bloco histórico, hegemonia, intelectuais e ideologia nos Cadernos do Cárcere. O conceito de bloco histórico envolve uma compreensão historicista da realidade e uma elaboração de chaves interpretativas que, no contexto da filosofia da práxis, têm como função a viabilização da transformação da unidade de objetos (estruturas) e elementos subjetivos (superestruturas) da sociedade capitalista. O autor também entende que a estrutura ético-política e o homem não podem ser concebidos fora do bloco histórico e que, para existir mudança de um bloco histórico para outro, é estritamente necessário que as novas estruturas e superestruturas sejam significativamente distintas das anteriores. Sobre hegemonia, Jacomini aponta que não

---

<sup>2</sup> “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Apresentada na página 71.

existe uma conceituação concluída do termo, mas que ele pode ser entendido através de temas abordados nas obras. Porém, pode-se assumir que a hegemonia pressupõe uma colaboração entre governantes e governados — um consenso — e que essa está envolvida com a política e toda a estrutura da sociedade que agem para a estabilidade do Estado, conforme entendido por Gramsci, sendo a hegemonia, conseqüentemente, uma relação pedagógica; o conceito é apontado pela autora como fundamental para o entendimento das sociedades capitalistas democráticas contemporâneas, já que permite compreender o exercício de poder e o desenvolvimento de estratégias para a luta de classes.

Ainda no terceiro capítulo, encontramos a conceituação gramsciana de intelectual, que compreende todos os homens, já que tem capacidade cognitiva, porém, nem todos exercem a função de intelectuais na sociedade. Para tanto, esses devem ser organizadores e dirigentes que têm como função dar homogeneidade e consciência ao grupo de sua função nos campos econômico, social e político. Também cabe a esse o trabalho incessante de repetir os argumentos a favor da nova concepção de mundo e de elevar o nível intelectual da população para formar novos intelectuais orgânicos (intelectual ligado a uma classe social e que tem como função dar-lhe homogeneidade e consciência de classe) das camadas populares. Cabe também ao partido político a conceituação de intelectual coletivo e, também como os primeiros, cumprem uma função na construção da hegemonia viabilizando a direção e dominação de uma classe sob o conjunto da sociedade. Finalmente, é abordado o conceito de ideologia que, embora seja utilizado com diferentes significados ao longo de sua obra, pode ser assumido como um “sistema de ideias”, ou seja, uma superestrutura gramsciana. A importância do conceito se dá pelo fato de não ser possível separar filosofia de política e que grupos sociais que não tenham uma concepção de mundo bem estabelecida estão sujeitos à subordinação intelectual de outros grupos para se movimentar social e politicamente.

A ideologia é uma prática social que proporciona a construção da hegemonia. Para tanto, deve-se levar em consideração a estrutura ideológica utilizada pela classe dominante para propagar uma ideologia e torná-la hegemônica. Pode-se assumir que a relação dialética entre teoria e prática nos escritos de Gramsci reforçam a importância da participação das classes para alterações estruturais e superestruturais em uma sociedade e não apenas dos intelectuais que exercem funções de intelectuais. O principal apontamento de análise do objeto da pesquisa aqui foi o não aprofundamento dos conceitos de Gramsci e de autores que foram utilizados como comparativos e de

aproximação, mas que os estudantes, em sua grande maioria, entenderam os conceitos ao utilizá-los.

O quarto capítulo, apresenta os conceitos de educação e americanismo e fordismo. A ideia de escola unitária parte da dualidade escolar no educacional italiano, que iniciou a formação técnica (direcionada às classes populares e que seriam responsáveis por formar trabalhadores) em paralelo com uma formação mais humanista (que estaria então direcionada às classes dominantes e burguesas). Gramsci defendia então uma escola unitária, que fosse pública e oferecesse iguais condições e formações a todos os alunos dentro de determinada sociedade, a fim de não ser “oligárquica”, ou seja, para que a escola não trabalhe para reforçar as diferenças e classes sociais, em outras palavras, para que não existisse a marca social da escola. O trabalho como princípio educativo faz parte também dessa concepção, já que o autor entende que não se deve separar a escola técnica daquela que ele chama de humanista, pois não se pode separar o trabalho manual e o intelectual e ambos devem ser acessíveis a todos.

A preocupação do autor é sempre o desenvolvimento da plena capacidade de exercer funções de direção, mesmo que não se ocupe algum cargo nesse sentido e, para isso, é necessária uma formação integral que articule a especialização (conhecimento técnico/profissional) à formação política (conhecimento humanístico/cultural). Essa dicotomia também serve para entender a relação apresentada sobre o americanismo (enquanto dimensão ideológica-cultural) e o fordismo (dimensão técnico produtiva), concepções que viabilizaram a estrutura social capitalista através da persuasão e da coerção, que visavam manter o “complexo humano” em permanente condição de funcionamento. Neste capítulo, os apontamentos foram de bom aproveitamento das conceituações para entender a educação nos trabalhos analisados, ressaltando apenas a importância de considerar o marco da historicidade dos conceitos.

O quinto capítulo — e último bloco —, apresenta uma discussão sobre revolução passiva (restauração/revolução); de acordo com Jacomini, seria o processo de formação dos Estados em que houve mudanças moleculares, ou seja, mudanças sociais por meio de restaurações progressivas ou revoluções-restaurações, que contemplem demandas das classes subalternas mas não contem com a sua participação e nem causem rupturas revolucionárias, o que facilita a reação das classes dominantes às revoltas pontuais das classes populares. A revolução passiva seria então típica das classes dominantes, a partir da visão revolucionária de Gramsci, e ela abarca sempre dois elementos: mudança e conservação, podendo ser mais progressivo ou regressivo a depender de qual desses

predomine. Nessa conceituação também há o reforço da ideia da importância dos intelectuais que atuam como dirigentes para fomentar a vontade para se conduzir a luta que juntamente com as condições objetivas e subjetivas podem propiciar processos com potenciais revolucionários.

Jacomini então conclui seu trabalho levantando dois aspectos importantes para a utilização dos escritos de Gramsci nos estudos educacionais: a necessidade de traduções da obra completa do autor para a língua portuguesa, viabilizando acesso integral aos escritos do autor, embora se deva sempre entender que as publicações não foram feitas pelo próprio autor e a utilização de outro conceito gramsciano, o da tradutibilidade, que, segundo o autor, diz respeito à possibilidade de compreensão dos fenômenos a partir de teorias, conceitos e experiências produzidas em outros contextos. A autora reforça também que o propósito dessa pesquisa não era analisar como os estudantes da área de educação estavam se apropriando dos pensamentos do autor, mas entender quais eram os conceitos gramscianos que estavam sendo mobilizados nos programas de pós-graduação. Por último, destaca que as pesquisas apresentam um posicionamento crítico em relação às políticas educacionais quando analisadas a partir do materialismo histórico-dialético.

A obra apresenta um panorama que perpassa conceitos centrais gramscianos de forma clara e bem estruturada. As escolhas dos blocos teóricos e das respectivas colocações das teses e dissertações feitas pela autora também facilitam a compreensão do leitor. O livro pode contribuir com outros pesquisadores da área de políticas educacionais que pretendem utilizar os conceitos formulados por Antonio Gramsci, tanto por possibilitar uma aproximação com esses conceitos, quanto por discutir seus usos em outras pesquisas.

*Andreza Barbosa<sup>3</sup>  
Júlia Cabral Rinald<sup>4</sup>*

---

<sup>3</sup> Doutora em educação pela Universidade Estadual Paulista em Araraquara (UNESP) e professora na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: andreza.barbosa@puc-campinas.edu.br

<sup>4</sup> Doutoranda em educação e políticas públicas na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: jcrinaldi@outlook.com

---

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. 14. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009/2021, 169p.

---

O tema abordado na obra *Genealogia da Moral* é por demais pertinente, pois explora a estrutura da moral e faz uma crítica à consciência do homem por meio das condições sociais e das significações manifestadas pela linguagem.

Friedrich Nietzsche foi um filósofo alemão, cuja contribuição foi e continua sendo relevante por afrontar temas sociais, como também pelo fato de centrar sua filosofia no homem depois da “morte de Deus”. Suas análises, que chocavam seus contemporâneos, ainda são importantes para quem deseja pensar a tradição ocidental judaico-cristã.

Nos centros acadêmicos de hoje, seus temas são reestudados por filósofos, linguistas, educadores e cientistas de outras áreas como fundamentos sociais para o homem contemporâneo ressignificar suas práticas e ideais em busca de crescimento intelectual. É importante também destacar que a obra aqui analisada é tida, pelo autor, como uma “sequência e complemento” do livro *Para além de bem e mal* (1886), publicada no ano que precedeu a *Genealogia da moral: Uma polêmica* (1887).

Nietzsche sempre procurou polemizar em seus escritos, numa tentativa de mostrar que a visão média do homem europeu de sua época era equivocada em relação ao potencial humano e sua capacidade de crescimento moral. Seu rigor argumentativo não abria mão de afirmações ferinas, sádicas e sarcásticas em relação ao sistema social europeu de sua época. Com este enfoque, portanto, acabava sendo inevitável que o tema da moral sempre viesse à tona.

Assim, a obra ora analisada objetivou trabalhar, em formato de *Dissertações*, uma maneira comum àquela época de se fazer questionamentos filosóficos sobre diferentes temas. Há, pois, a *Primeira dissertação*, a *Segunda dissertação* e a *Terceira dissertação*. Tais abordagens se concentram na base de argumentações e de metáforas na descrição dos temas confrontados pelo filósofo, a saber: “bom e mau”, “bom e ruim”, “culpa”, “má consciência”, “coisas afins” e, na última parte, “o que significam os ideais acéticos”. Ele aqui propõe a abstenção dos confortos materiais do homem, o que lhe permitiria aperfeiçoar-se espiritualmente, ou seja, tornar-se “um homem valoroso”, em meio aos homens corrompidos; por isso, é preciso privar-se materialmente no mundo.

Para alcançar seus objetivos filosóficos, então, esta obra de Nietzsche descreve os valores fundamentais a partir da tradição socrática, de suas bases científicas e origens. Tais fundamentos permitem uma avaliação filosófica do que seria ou não o “bom”, sempre de maneira focada na valoração do “homem” vs. o “mundo” que o cerca. Aponta também que a questão do “valor” perpassa pela dinâmica da moral, pois é preciso rever a “ideia de vontade”, uma vez que esse fenômeno requer transformações no acontecimento histórico da humanidade como uma “vontade primeira” relativa aos fatos. Estes constituem os métodos e a imanência da existência como homem, quer seja ele considerado “real”, “fictício” ou “externo à vontade”. Passemos, então, às *Dissertações*.

Na *Primeira dissertação*, o autor sistematiza a visão crítica da moral inglesa – essa revisitada pelos psicólogos a partir dos fundamentos da “gênese da moral”. Porém, é imprescindível rever o “espírito histórico” para uma investigação precisa das origens, dos conceitos e do juízo como fundamentais para pensar o “valor” e seu distanciamento do *Pathos*, pela influência e representação das oposições que irão marcar socialmente o “bom” e o “ruim”. São estes os princípios equivalentes de cada acontecimento nas análises do juízo do homem e seu “valor pertinente” e, ao mesmo tempo, social.

Já na *Segunda dissertação*, Nietzsche ressalta a importância da “assimilação psíquica” como “processo” – ou seja, ele enfoca o fato de que é essa assimilação que irá determinar os pormenores da consciência que, por sua vez, hierarquiza as necessidades, os valores, as memórias. Todo esse processo é relacionado com o que o filósofo chama de “verdadeira vontade” ou “o que estar por vir”. De certo modo, o autor nos leva a rever a “origem da responsabilidade, ou seja, “a consciência” que, para ele, é a instância de domínio sobre si, das circunstâncias, da natureza e das criaturas. Todos esses seriam, portanto, pontos necessários da vontade para que ela se torne ação, transformação de si e da sociedade. Assim, ele estabelece que a “má consciência” é uma doença, pois as convicções subsistem graças aos sacrifícios e às suas relações históricas, pois elas se reconhecem, conduzem o processo da consciência dupla e apontam para a “destruição do santuário” a que ele se refere como “o pronto, o acabado e o evocado a milênios”. A “destruição do santuário”, em Nietzsche, nada mais é do que a destruição intelectual do homem ocidental típico e sua reconstrução na forma do super-homem. Destarte, aponta para a “redenção da realidade”, caracterizando que é por meio do “homem do futuro” que haverá salvação: pela esperança de o homem livre, tornar-se-á livre também a vontade, ideal da sua redenção.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, na *Terceira dissertação*, Nietzsche nos conduz à essência da interpretação – fato que leva o leitor para não apenas entender as bases dos seus escritos, mas também para pormenorizar a “virtude da filosofia” e tentar legitimar as imprecisões dos contextos alheios da vontade do interpretante.

Nesse viés, Nietzsche retoma uma passagem da obra *Assim falou Zaratustra* em que afirma: “Descuidados zombeteiros, violentos – assim nos quer a sabedoria: ela é uma mulher, ela ama somente um guerreiro.” Por meio dessa passagem, o autor nos oferece uma “nova” espiritualidade que aponta para o próprio indivíduo como “instrumento do poder” por meio de sua própria vontade humana.

O espírito, para Nietzsche, é uma “substância”, pequena e em evolução: é o homem no espelho, diante de seus opositores. Sua construção é considerada como uma “ação inconsciente” que desaparece pela individualidade dos “atributos” – logo, para além do “fardo” que coloca o homem sempre em caráter de evolução constante e o obriga a desenvolver suas forças contraditórias; forças que deverão torná-lo autônomo, livre da vontade divina absoluta e infinita e, assim, livre de atitudes equivocadas diante do mundo. O homem deve se reconhecer como “início, meio e fim” de tudo, para que seja liberto da vontade do mundo e alcance a verdadeira grandeza de sua virilidade.

É possível relacionar a temática da *Genealogia da moral* com a essência da vontade humana no contexto atual, pois, quando observamos as mudanças sociais, políticas e econômicas das nações que pensam na individualidade e não no social – observamos a não articulação da vontade social; este é um meio que poderia contribuir para o bem social e humanitário comuns. Assim, pensar o “bem”, o “mau”, o “bom”, o “ruim”, a “culpa”, a “má consciência” e suas representações, que significam e se ressignificam no social, se nos oferece uma ideia iconoclasta desses assuntos relevantes ainda na atualidade.

A obra de Nietzsche é uma tentativa de desconstrução da visão judaico-cristã da divindade. Ele sempre acusa que Deus é a armadilha inventada por homens para impor suas vontades a outros homens. É evidente que pensar a partir desse ponto de vista é desconsiderar tanto a individualidade quanto a diversidade cultural humana. De fato, Nietzsche unifica seu pensamento sobre o que seria a religião e o que seria Deus de uma forma única e bastante equivocada. Grande parte de suas observações críticas sobre a religião só fazem sentido, aliás, se entendidas desse ponto de vista.

A obra *Genealogia da moral* se configura, portanto, como uma extensa e complexa análise sobre a compreensão que o homem possui da vida e de si mesmo tomando, como ponto de partida, a “vontade”. Esta, segundo o autor, será sempre caracterizada nas

virtudes do que se conforma como “bom”, “mau”, “ruim”, “culpa”, “má consciência” e, acima de tudo, a “importância da significação dos ideais”, esses circunscritos às vontades subjacentes que o aprisionam por meio da consciência. Nessa perspectiva, Nietzsche afirma, em inúmeras passagens do seu tratado, que a consciência nos torna escravos da “sublime inconsciência” no ato de pensar. Por isso, para ele, precisamos de um “refinamento do espírito” ao longo das nossas vidas.

Assim, mesmo com inúmeros pontos relevantes, precisamos enxergar alguns problemas no conteúdo da obra. O primeiro e mais óbvio é que se trata de uma sequência de ideias anteriores publicadas no texto *Para além de bem e mal*, sem muita inovação conceitual em relação a este. Por isso mesmo, Nietzsche faz muitas alusões a esse texto anterior à publicação da *Genealogia da moral*. É como se faltassem contextos entre as narrativas até o autor trazer à tona seus conceitos na evolução interpretativa dos fatos, algo que nos dá a impressão de que, muito menos do que se interligar, os conteúdos se repetem. Para alguém tão escrupuloso em relação aos próprios textos, isso é estranho em uma obra nietzscheana.

Além disso, mesmo ao final da *Terceira dissertação*, as respostas da *Genealogia da moral* são as mesmas de sempre: as repetidas ideias contra Deus, contra a moral religiosa ocidental e a favor de um pretendido super-homem que descobre seu verdadeiro potencial quando atina com o poder de sua vontade e se vê livre de quaisquer amarras sociais, morais ou religiosas. Este seria, para ele, o exercício da “boa vontade” humana, aquela que destrói o outro em favor de si mesmo e da própria grandeza. Mas, será mesmo assim?

Sérgio Nunes de Jesus<sup>1</sup>

Celso Ferrarezi Junior<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Doutor em ciências da educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC), Paraguai, e professor no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). E-mail: sergio.nunes@ifro.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em semântica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor titular na Universidade Federal de Afenas (UNIFAL). E-mail: cferrarezij@gmail.com

---

SEMERARO, GIOVANNI. *Intelectuais, educação e escola: um estudo do caderno 12 de Antonio Gramsci*. São Paulo: Expressão Popular, 2021, 240p. ISBN: 978-65-5891-028-2.

---

O livro é um estudo teórico e filológico dos escritos de um dos autores mais respeitados no Brasil na área da prática pedagógica e da política, Antonio Gramsci, a finalidade é analisar o *caderno 12*, para isto o professor Giovanni Semeraro, da Universidade Federal Fluminense, utiliza-se de obras pré-carcerárias, das cartas e dos cadernos de Gramsci e de uma bibliografia adicional de intelectuais da época.

No prefácio de Virgínia Fontes, professora da Universidade Federal Fluminense, e também na apresentação, fica visível a singularidade do estudo, pois apesar de Gramsci ser conhecido no Brasil, não há uma análise específica do *caderno 12*, portanto, o propósito do livro é preencher esta lacuna por meio de uma abordagem que promova didaticamente a ampliação dos conceitos e dos horizontes teóricos de forma sucessiva com o uso da estruturação sociológica, destituída de dialética e baseada no método das ciências naturais conforme Bukharin.

Para isto, o livro segue a metodologia e didática utilizadas no curso ministrado por Semeraro em 2017 sobre o *caderno 12*, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. O estudo se estrutura em cinco capítulos, mais um anexo que contém o *caderno 12*, de Antonio Gramsci, com a tradução realizada por Maria Margarida Machado, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e revisada por Giovanni Semeraro.

O *caderno 12* é composto por vinte e quatro páginas derivadas das notas do caderno miscelâneo 4, Gramsci chama atenção ao afirmar que “todos os homens são intelectuais”, visto que diferente dos intelectuais da sua época, o autor acredita que a intelectualidade pode ser adquirida por meio de técnicas avançadas e pela democratização da cultura em uma escola criativa. Portanto, a questão principal no caderno é se “os intelectuais são um grupo social autônomo e independente ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?”

Com uma linguagem coloquial e figurativa, Gramsci descreve a produção deste novo intelectual, com base em Marx, contrapõe o intelectual tradicional ao orgânico. O primeiro é um representante do saber erudito e de uma continuidade histórica ininterrupta, portanto mantém o status quo. Já o outro, criado por Gramsci, se baseia na configuração

de um intelectual democrático, portanto, é um protagonista popular que promove um projeto moderno de estado baseado no caráter nacional-popular, a fim de socializar o poder e tornar os cidadãos dirigentes da sociedade.

Para a elaboração desta nova noção de intelectual, Semeraro traça a trajetória percorrida por Gramsci nos escritos carcerários e em outras obras, como o *Jornal Avante!* e o semanal *Il Grido del Popolo*, escrito em um momento pré-carcerário. Como bloco unitário, os cadernos especiais 10,11,12 e 13 buscam expor a relação entre a teoria e prática, visto que após a descrição de uma nova concepção de filosofia baseada no conceito de práxis exposta nos cadernos anteriores, o *caderno 12* tem o papel de combater o dualismo e a exclusão, evidenciando o papel da escola na responsabilidade de um estado democrático e na preparação do cidadão como dirigente da sociedade.

Para a criação de uma sociedade democraticamente recriada pelas classes populares, Gramsci elabora a concepção unitária, inspirado na compreensão do trabalho de Hegel e na degradação do trabalhador na sociedade capitalista posta por Marx. A escola unitária busca desenvolver a capacidade de trabalhar manualmente, tecnicamente e industrialmente, e em paralelo, o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. Em razão de que, ao inserir os jovens em atividades sociais, sem distinção de grupos, os alunos possam adquirir maturidade e capacidade de se autorregular.

Deste modo, a reforma escolar de Gentile e a superficialidade do ensino profissional devem ser deixados de lado, o estado deve se responsabilizar por uma educação que promova a formação política e combata o intelectualismo abstrato. Por isso, a escola deve por em prática a educação integral, conceito utilizado por Gramsci, como meio para desenvolver uma formação pública, democrática e política, em que o aluno se profissionalize e aprenda a ser governante de si e da sociedade.

Em oposição às reformas como fordismo na América, *risorgimento* na Itália e restauração Bonapartista na França, além da educação progressista de John Dewey, a escola unitária se diferencia por não ser uma reforma passiva, visto que, além de promover uma formação integral ao estudante, incentiva uma reestruturação de classe e a reconcentração de poder na sociedade.

Para uma reestruturação do capital, a classe trabalhadora precisa ser uma organização coletiva nacional-popular em frente ao fascismo, por meio do uso do princípio educativo sintetizado na fórmula, elaborada no *caderno 12*, “novo intelectual” como “dirigente” (especialista+político) com o uso da filosofia de práxis.

Ao fim, Semeraro tece uma relação com o neoliberalismo radical presente no Brasil, visto que é uma das novas formas do fascismo que promove o isolamento e manipula o imaginário coletivo. Com precárias organizações populares, o neofascismo se utiliza do senso comum para distrair a massa, permear *fake news* e teorias de conspiração, desta forma os intelectuais são desqualificados nos debates políticos.

A presente obra leva o leitor a refletir sobre o papel do trabalhador frente ao avanço tecnológico atual e as crises mundiais que reafirmam o neoliberalismo na precarização do trabalhador. O princípio educativo de Gramsci tende a ser uma forma de intervenção no mundo, principalmente com o neofascismo presente no Brasil, pois “não é suficiente resistir e se defender, é preciso ter audácia e organização para realizar a grande política: a criação de novos Estados” (Q13,5,p.1.564), como afirma o autor em seu caderno 13.

## Referências

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere* (a cura di V. Gerratana), v.4, Torino:Einaudi, 1975.

*Luana Aparecida de Oliveira*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: luana\_oliveirah@hotmail.com